



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
04/08/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho comunicou por e-mail datado de 29/07/2016 que não estará presente nas reuniões de 4 de agosto e 18 de agosto, por motivo de férias, pelo que, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi substituída pelo candidato imediatamente seguinte da lista da CDU, Dr. Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **MODIFICAÇÃO AO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA. ALTERAÇÃO.**
2. **EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA /PRAIA DA VIEIRA – CP N.º 01/2016 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO**
3. **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

4. P.A. N.º 44/2010 – AP/DISU - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS
5. P.A. N.º 83/2014-AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL – APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS
6. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE
7. 15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 1.ª REVISÃO
8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE GEOMÉDIA, PARA O PERÍODO DE 3 ANOS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2015/A/117 E 2016/A/96, TODAS DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.
9. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DE DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2016/A/6 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.
10. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NASCENTE E POENTE, PARA O ANO LETIVO 2016/2017. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
11. ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA, NA ORDEM. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

12. SERVIÇOS DE APOIO E ACOMPANHAMENTO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA (CAF). PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
13. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/169 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.
14. MODIFICAÇÃO AO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/169 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.
15. FASE 1-“REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/169 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2016.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - MODIFICAÇÃO AO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA. ALTERAÇÃO.

456 - Por deliberação camarária, de 9 de junho de 2016, foi aprovada uma proposta de acordo modificativo ao Acordo de Execução, celebrado com a Freguesia de Vieira de Leiria, no qual se prevê que aquele produz efeitos em 1 de julho.

Por deliberação camarária, de 7 de julho de 2016, foi aprovada uma alteração ao acordo modificativo substituindo o dia 1 de julho pelo dia 1 de agosto.

Considerando que a produção de efeitos do Acordo modificativo está dependente da aprovação da revisão dos instrumentos de gestão previsional, o que ainda não ocorreu.

Torna-se necessário alterar aquela proposta substituindo o dia 1 de agosto pelo dia 1 de setembro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea m), para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea k), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera alterar a cláusula 2.ª, da proposta de acordo modificativo, aprovada por deliberação camarária, de 9 de junho de 2016, nos seguintes termos:

“Cláusula 3.ª – Produção de efeitos

1 – O acordo modificativo produz efeitos em 1 de setembro de 2016, após a sua prévia aprovação pela Assembleia Municipal e pela Assembleia de Freguesia respetiva.”

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

2 - EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA /PRAIA DA VIEIRA – CP N.º 01/2016 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO

457 - Através de deliberação camarária, de 09 de junho de 2016, foi adjudicado o contrato que tem por objeto a empreitada de “Requalificação da estrada Vieira de Leiria /Praia da Vieira”.

O concorrente adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta de contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar no âmbito do procedimento identificado em epígrafe, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

458 - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído entre os dias 04 a 28 de agosto de 2016 para a Instalação do Circo “Circolandia”;
- Licenças de instalação e funcionamento de recintos itinerantes;
- Licença de publicidade.

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas a realizar no dia 20 de agosto de 2016.

A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído entre os dias 16 a 18 de setembro de 2016 para a realização das Festas da Ordem 2016.

A Fábrica da igreja Paroquial da Freguesia de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído entre os dias 19 a 21 de agosto de 2016 para a realização das Festas Populares de S. Pedro e Nossa Senhora dos Navegantes;
- Licenças de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

O Centro Recreativo e Cultural da Juventude do Casal D’Anja, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído entre os dias 19 e 21 de agosto de 2016 para a realização dos Festejos Anuais;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

Presentes informações nºs 59/LS de 27 de julho de 2016, as informações nºs 60/LS, 61/LS e 62/LS de 28 de julho de 2016 e a informação 63/LS de 01 de agosto de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, O Clube Desportivo Moitense, a Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, e o Centro Recreativos e Cultural da Juventude do Casal D' Anja, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de instalação, funcionamento de recintos improvisados e itinerantes, das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - P.A. N.º 44/2010 – AP/DISU - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS

459 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 2 de setembro de 2010 foi adjudicada a “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”, com a duração de 5 anos, à empresa ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A./PRAGOSA AMBIENTE, SA pelo valor total de 2.368.290 euros (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa euros), acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que o contrato n.º 93/2010 vigorou no período de 28 de março de 2011 a 27 de março de 2016 e que de acordo com a informação SS.11.2016 da DISU de 28/07/2016, os serviços objecto do contrato foram todos devidamente confirmados e facturados, não existindo qualquer valor por facturar, nem qualquer circunstância pendente que implique a apresentação de alguma fatura.

Face ao exposto e depois de analisado o processo, a Câmara Municipal delibera proceder à aprovação de serviços a menos do P.A. n.º 44/2010-AP/DISU com o objecto “Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no concelho da Marinha Grande”, no montante de 162.383,15 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, de acordo com o artigo 379.º, n.º. 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - P.A. N.º 83/2014-AP/DISU - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL – APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS

460 - Considerando que na sequência do P.A. n.º 83/2014-AP/DISU - Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, em 29 de janeiro de 2015, foi celebrado o contrato n.º 01/2015 para o fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, com a empresa Galp Power, S.A., NIPC 504 723 456, pelo valor global de 385.166,26€ (trezentos e oitenta e cinco mil, cento e sessenta e seis euros e vinte e seis cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 29 de fevereiro de 2016, foi determinada a modificação objetiva do contrato n.º 01/2015, de 29 de janeiro, celebrado com a empresa Galp Power, SA, ampliando os seus efeitos pelo período estimado de 60 dias, a contar de 1 de fevereiro de 2016, no valor total estimado de 55.271,94 euros (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, tendo o despacho sido ratificado em reunião da câmara municipal de 3 de março de 2016.

Considerando que na sequência da modificação objetiva ao contrato n.º 01/2015, de 29 de janeiro, foi celebrado o contrato n.º 07/2016, de 29 de fevereiro de 2016.

Considerando que de acordo com a informação TF.10.2016 da DISU, datada de 1/08/2016, todas as instalações do Processo de Aquisição n. 83/2014 transitaram para a EDP Comercial, no âmbito do contrato celebrado na sequência do Processo de Aquisição n.º 68/2015.

Face ao exposto e depois de analisado o processo, a Câmara Municipal delibera proceder à aprovação de serviços a menos do P.A. n.º 83/2014-AP/DISU com o objecto “Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial”, no montante de 39.626,90€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 379.º, n.º 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE

461 - Considerando que se mantém em funcionamento a Escola Básica do 1.º ciclo Guilherme Stephens, nas instalações do Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, a funcionar na Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens e a que se pretende continuar a aproximar a cantina escolar aos locais onde são desenvolvidas as aulas;

Considerando que os alunos da Escola Básica do 1.º ciclo Guilherme Stephens, para se deslocarem ao refeitório não necessitam de sair para o exterior da escola, garantindo a segurança dos alunos, evitando-se o recurso a transportes escolares e consequente acréscimo de custos;

Considerando que desde o ano lectivo 2015/2016, foi melhorado o serviço de alimentação escolar prestado na Cantina de Casal de Malta, com um índice de fornecimento de refeições elevado, passando a ser utilizada uma das Cantinas do Agrupamento Marinha Grande Poente para as refeições dos alunos do jardim-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico da escola da Amieirinha, cujas escolas também não possuem cantinas de gestão municipal.

Considerando que o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente possui refeitórios escolares com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares a estes alunos;

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente é realizado através de uma empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), e que por esse motivo o Município da Marinha Grande pretende estabelecer um protocolo com o Agrupamento para fornecimento das refeições aos alunos acima referidos.

Considerando que é competência do Município nos termos da alínea hh), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assegurar o fornecimento de refeições escolares;

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com a alínea r) artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Câmara Municipal delibera de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, que se anexa (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - 15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 1.ª REVISÃO

O **Sr. Presidente** fez uma breve explicação da proposta aqui presente e manifestou disponibilidade para esclarecer eventuais dúvidas dos Srs. Vereadores, a quem deu a palavra.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse o seguinte:

“A democracia é o melhor sistema que existe, embora com defeitos. Independentemente desta votação de hoje, as coisas funcionam da mesma maneira, apenas com um pequeno

atraso de mais ou menos 2 semanas no lançamento de alguns projetos. Em nenhum caso fica desacomatado o interesse dos munícipes. Aí reside a questão: o que significa esta revisão? Ao contrário do que se diz, de que ela serve apenas para incorporar o saldo de 2015, é completamente falso. É para isso, mas também é para fazer correções a um documento que é sempre provisional. E quais são? São, por exemplo, a correção da cobrança de impostos, face ao que se previu em final de 2015.

E a outra é a incapacidade de realizar o que foi previsto. Para quem está no poder são correções importantes. Para a oposição o interesse é corrigir rumos que não estão corretos. E como se mede a eficácia? Vendo os desvios face ao que se previu. E constata-se que a execução foi baixíssima.

Quem tem o mando decidiu fazer alterações substanciais na ordem de vários milhões de euros em 6 meses. E isso vê-se pelo número de alterações: 14. Houve muito pouca eficiência na execução do Orçamento Municipal. Os últimos 6 meses foram de paz total na política, havia condições políticas para poder fazer tudo sem contestação, e onde eu próprio também estava incluído. Dei um voto de confiança que permitiria executar o previsto.

Os enormes saldos de gerência nos últimos anos espelham esta falta de eficácia. Engordaram-se os saldos de gerência nos últimos 3 anos para, no último ano, com os fundos FEDER, aumentar a nossa capacidade de investimento. Não houve essa estratégia, mas temos capacidade financeira. Mas é preciso capacidade de planeamento, que não há.

O GCC – Grupo que Controla a Câmara, não é capaz de planear, e a capacidade de efetiva execução é reduzida, e foi isso que se passou nos últimos 6 meses. Não me parece que esta falta de capacidade seja alterada, não houve alterações. O + Concelho foi completamente marginalizado neste processo. Uma das convocatórias para uma reunião extraordinária foi enviada para o meu e-mail da Câmara, que o GCC tinha mandado cancelar. Já tinha alertado para isso, é uma ilegalidade e uma falta de honestidade, porque se trata de um e-mail institucional que não põe em causa o acesso a qualquer zona sensível da Câmara, mas apesar disso foi-me retirado o acesso. Não reclamei porque não me merece qualquer comentário e só demonstra a maldade de quem tem poder para fazer isso. Não protesto, e desde sempre usei o meu e-mail pessoal para fins institucionais. Na 6.ª feira à noite, para um e-mail institucional sem acesso, é perguntado para quando poderia ser a reunião, e depois os documentos já são enviados para o e-mail pessoal.

Mas tudo isto não tem importância, porque aquilo que importa é que aqui se votam coisas que não conhecemos bem, mas sempre baseado na confiança. E agora esta não existe. A confiança de gestores e governantes é muito baixa.

António Costa, do PS, veio demonstrar, e bem, que quem manda não é quem tem mais votos, mas que governa quem consegue gerar consensos e maiorias estáveis para governar. É uma lição de democracia.

Na Câmara, não se aplicando a mesma regra, aplica-se o mesmo princípio. Tem que haver um princípio de entendimento para governar. Hoje, por acção do GCC, somos um dos piores concelhos de Portugal no que diz respeito à acção governativa da Câmara. Não se confunda com o concelho no seu todo, porque temos um conjunto de empreendedores que não precisam da Câmara. Não consigo encontrar um concelho que tenha tanta falta de capacidade de execução, o que prova que o GCC sequestrou a Câmara, tem refém o seu próprio partido (PS) e que aplica um modelo retrógrado que já não se aplica há muito

tempo. Exemplo disto é a DOT, que tem uma chefe de divisão empenhada e trabalhadora, mas a sua eficácia é nula, porque se deve à mão que governa com um modelo retrógrado. E quando aqui se pedem elementos só contribui mais para sobrecarregar a chefe de divisão. Quem devia dirigir não dirige, não governa, mantém um modelo da idade da pedra, e faz com que isto não avance. É importante fazer as coisas pequenas, mas a grande revolução tem que ser feita.

Esta revisão e a que ainda haverá são importantes. O GCC, na sua falta de capacidade, não é capaz de fazer isto. Não sabem gerir o seu tempo e não sabem. A solução é o executivo com pelouros ir buscar às outras forças saber e capacidade de execução. O PSD já está com o governo. O + Concelho está sempre disponível, tem capacidade, mas não é o único. Há o MpM e a CDU. Não basta estar, porque não resultou com a CDU e o + Concelho. É preciso fazer a revolução para mudar, é implementar as novas metodologias. Se a transformação e planeamento do futuro vier das forças MpM e CDU, o + Concelho está disponível. Se o GCC for buscar estas forças, baseado no princípio desta transformação, terá o meu apoio, mesmo que não seja parte da solução governativa. É isto que aqui se discute, não são os valores da revisão.

Não temos bons projetos porque não se fazem revisões de projetos, para tentar obter bons preços. Eu próprio fiz uma nota sobre isto, que enviei para o GCC e para todos os chefes de divisão.

Não passo cheques em branco a quem já demonstrou não ter capacidade para governar. Ficarei muito feliz se hoje aparecer um acordo de governação sólido.

O voto contra serve o concelho, contrariamente a quem faz a vitimização para justificar a sua incapacidade.

Há vários cenários possíveis:

1 – Alguma força que votou contra votar a favor ou abster-se. É o pior para o concelho, porque vai permitir que o GCC passe inócuo e tenhamos mais do mesmo, o que é muito mau.

2 – O melhor que podia acontecer ao concelho era que se fizesse a mudança e aí até votaria a favor.

3 – Não é aprovada a revisão, é possível tecnicamente governar, é péssimo para o concelho, mas menos mau que o 1.º cenário, porque o GCC vai continuar na mesma.

4 – Não é aprovada a revisão e aí vamos para uma comissão administrativa. O GCC quer que haja eleições antecipadas, que o António Costa, líder do PS, não vai permitir. Estamos no verão e só haveria eleições em janeiro/fevereiro, para governar 6 meses. Ninguém aceita isto. Hoje já não há hipótese para este cenário. Tudo isto é o que o GCC quer, mas o Primeiro-Ministro não vai permitir. Cai-se numa comissão administrativa, que irá governar a Câmara até às próximas eleições. É muito melhor que a 1.ª solução. É muito mais fácil governar, porque terá capacidade.

Neste momento o que me parece possível é a comissão administrativa, e com ela pode fazer-se tudo. Assim, ficam acautelados todos os interesses dos municípios.

Nenhum dos grupos aqui representados deve ter medo de votar contra esta revisão, porque a comissão administrativa acautela a democracia. O trabalho dos cinco (sem mim e o António Santos) é possível. Apelo a todos para que mantenham o seu sentido de voto.”

O Sr. Vereador Fernando Esperança disse o seguinte:

“Tenho falta de informação por vir de fora, e aquilo que tenho é a informação da opinião pública, dos jornais e a minha própria opinião pessoal, porque não me sinto condicionado por nada.

Apreciei particularmente a intervenção do Carlos Logrado. Independentemente da apreciação de caráter técnico, em que as revisões são necessárias, há uma questão que é a apreciação exclusivamente política.

A questão de engordar o porco não me parece que fosse só para fazer em determinado ano as grandes obras.

Não percebo como é que um concelho industrial como a Marinha Grande só tem uma zona industrial com mais de 30 anos. Qualquer outro concelho do interior tem mais condições para implementar uma zona industrial. Felizmente temos uma classe empreendedora, que por dinâmica própria dá vida à economia local.

Irrita-me que depois de aprovar um Orçamento com verbas para determinadas obras se retirem e depois se venha dizer que não se fazem porque a oposição não aprovou. Acho isto pouco honesto, e é pouco sério vir dizer-se isto. Não é que não possa ser feito, mas não é sério. Se fosse eu explicaria a decisão que tomasse no sentido de definição de novas prioridades. O que me parece é que está a ser feito um exercício de prepotência e arrogância que não se justifica. Somos todos pessoas que nos conhecemos, o que obriga a uma certa responsabilidade.

Neste cenário votarei contra, porque nesta casa não foi exercitada a democracia. Logo na Marinha Grande. As regras do jogo político sempre fizeram a democracia funcionar. Aquilo que agora me soa e que me vai chegando é que há jogos de bastidores. Se a comunidade não precisa da Câmara, então que a Câmara também não lhe dificulte o trabalho. Não sei se será assim, poderei estar a exagerar, mas não percebo como é que uma Câmara com 7 elementos pode ser governada por 2, prescindindo de 5 deles.

Desde que deixou de existir a solução PS + CDU, que representava a maioria da população, deixou de haver condições para governar, e deveria ter havido eleições antecipadas.

Nestas condições, com alterações de verbas brutais, irei votar contra.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse o seguinte:

“Há aqui apreciações políticas e técnicas que se conjugam. E é nestas duas vertentes em que têm que decidir o seu sentido de votação, embora também comece a aparecer o reacender da chama da discussão e debate democrático na Marinha Grande.

Esta situação deveria ter sido acautelada e mais bem pensada por quem está à frente dos destinos da Câmara, evitando situações de prepotência e arrogância na prática.

Enquanto cá estive senti esta prática por parte de algumas pessoas, que tendia a criar obstáculos ao desenvolvimento do meu trabalho, como se ele não correspondesse aos interesses do Município e da sua população.

Há um sentimento de divórcio em relação ao PS na Câmara e Assembleia Municipal.

Do ponto de vista político também se pode falar das 14 alterações, que são um desrespeito total por quem aprovou os Documentos Previsionais – Câmara e Assembleia Municipal, e pela própria população. Modificá-los radicalmente é uma falta de respeito e demonstra que

a Câmara não faz ideia do que é planeamento nem sabe o que quer fazer. Falta muito nesta terra e todos têm responsabilidade.

Ouviram-nos, falaram comigo, mas estava à espera que na segunda proposta aparecesse algo de novo, mas não. A oposição não é burra, e a proposta que é apresentada é tendenciosa, enganadora, não beneficia os interesses dos munícipes e da Marinha Grande, e é uma proposta que desbarata dinheiros públicos. Exemplo disso são os 400.000€ para computadores. É necessário? Onde está o diagnóstico das necessidades? Esta proposta não serve, e tenho muitas dificuldades em ver o colega António Santos a votá-la, quando em termos do mercado municipal de que tem vindo a falar tem zero.

Acho que está criado um ambiente na Câmara que não é favorável a qualquer tipo de desenvolvimento. Não se faz lançar as culpas à oposição. Este é um concelho em que as pessoas, ao longo dos anos, sempre souberam tomar decisões e vão entender. E por agora fico-me por aqui.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse o seguinte:

“Depois do que já ouvi não vou acrescentar grande coisa, porque me identifico com grande parte do que foi dito.

Ao longo da minha vida tenho estado desligado da governação política, mas não desligado da sociedade, e sempre achei que as pessoas da Câmara faziam o melhor para a Marinha Grande e para a sua população. Tive este entendimento até 2013, e com alguma dificuldade para a minha vida assumi a condução de um projeto.

Agora, passados 3 anos, assumo que não estavam errados, e que é possível fazer muito mais e muito melhor. Não estão em causa pessoas, mas decisões que se tomam dentro das organizações. Venho aqui de 15 em 15 dias ou quando é necessário, e apesar de saber mais do que em 2013, ainda estou longe de saber o que se passa para lá daquelas portas. Limito-me a pensar, ouvir pessoas que por lá passaram e venho a saber que as coisas não corresponderam ao que esperavam. O que me preocupa ainda mais. Da rua para esta mesa as dúvidas consolidaram-se. Então se passar desta mesa para dentro, e a acreditar no Vítor e no Logrado, que já lá estiveram, então as dúvidas são ainda maiores. O que era dito e escrito por um elemento do meu grupo, que eu pensava ser um exagero, venho agora a confirmar que não era.

Sempre votei o Orçamento Municipal contra, porque não refletia as necessidades da comunidade. Não entendia que o plano fosse ajustado às necessidades da comunidade e que houvesse capacidade para o executar. Hoje as minhas dúvidas estão confirmadas. A gestão da terra tem que ter solução, e tem que ser melhor do que aquilo que tem sido.

Em todas as organizações por onde passei nunca tinha visto uma situação como a da Câmara. Tem que haver um líder do grupo de trabalho. Somos surpreendidos com coisas que não conhecíamos. Já o último Orçamento, feito em dezembro e aprovado em dois órgãos, teve logo duas alterações em janeiro. Se acontecesse algo que não era expectável compreendia-se, mas não. Uma das alterações é de 600 mil euros. Que planeamento é que se fez? O que é que veio de mais importante um mês depois? Foi adulterado o conceito do que é o planeamento. O chamado “conselho de administração”, que aqui é o executivo, não sabia. Só em julho é que se sabe que houve 14 alterações. Não me preocupa o número mas sim o valor.

Em 15 de julho foi proposto retirar o processo referente à revisão e começar de novo. Mas o Presidente não quis. Quis avançar para a rejeição. Era esse o objetivo, eram essas as indicações que tinham. Tenho esta sensação, era um projeto para não aprovar e não o aprovávamos.

Apresentei uma proposta, nesta segunda fase, na minha boa-fé, mas tive a resposta que já todos conhecem.

Peço desculpa aos colegas por não a ter divulgado por eles, mas foi para não fragilizar as negociações e porque era a base de trabalho para. O que vi na 3.ª feira não foi o Presidente a responder-me mas uma organização política, e é isso que não compreendo. É impossível negociar assim. Depois divulguei o que era a minha proposta.

Hoje confirmei que a maioria das pessoas que estão nesta mesa entendem o mesmo que eu entendo.

Sugeri que fossem revogadas algumas das delegações de competências feitas no Presidente da Câmara, nomeadamente a da aprovação das modificações, que é uma competência da Câmara, porque o Presidente abusou das competências que lhe foram delegadas.

A segunda exigência era a substituição dos membros do Gabinete do Presidente, porque o PS tem pessoas muito capazes. Este foco de conflitualidade deveria ser retirado, até pelo abuso no uso da informação privilegiada que tem. As posturas de alguém que deveria ajudar na gestão desta casa fazem o contrário.

Estes eram dois princípios, e em função disso estaria disponível para a reformulação dos mapas da revisão.

Fiz uma proposta, que em vez de ser negociada foi divulgada, alguns excertos, e assim não é possível continuar, a bem da nossa terra."

O Sr. Vereador António Santos disse o seguinte:

"Ao ser o último a falar já estou um pouco limitado nas minhas palavras.

Vou ler um artigo do facebook do Carlos Carvalho, que foi apoiante do PS, e que é preocupante, quando é dito que a Câmara não pode ser governada só por 2 pessoas.

Sou pela população, pelo seu bem-estar, e sempre quis fazer parte da solução e não do problema.

Às pessoas não lhes interessa o caso do e-mail, ou se é o GCC, mas sim que os seus problemas sejam resolvidos.

Estamos num país democrático, e as pessoas entenderam que deve governar quem ganhou. Num estado democrático há separação de poderes: o administrativo, o político e o judicial. Dizer que só se aprova o político se administrativamente se alterasse é o desvirtuar do princípio da separação de poderes. São patamares diferentes.

Gostei da parte da intervenção do Vereador Logrado sobre as eleições intercalares, que considero que seria mau demais para todos.

Continuo a querer fazer obra: saneamento, saúde, educação, acção social. Como estas verbas não foram mexidas, continuo a manter o meu voto. Pelas pessoas, pela Marinha Grande, continuo a votar favoravelmente."

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira disse o seguinte:

"Falam todos muito bem mas vem-me à cabeça todo o histórico do que tem acontecido até aqui. Tem sido um mando sui generis, nunca se governou assim na Câmara, e tem sido mau. Faz com que as obras não apareçam, mas apesar de tudo elas apareceram.

No princípio do mandato houve estabilidade de duas forças políticas, que acabaram por se dissociar, devido aos Centros Escolares. Se tivesse havido um equilíbrio destas duas forças políticas poderia ter-se governado até ao fim.

Depois houve outra alteração, na qual também acreditei. Havia um projeto interessante, que continuo a achar que está plasmado nesta alteração.

Neste momento os sete continuamos a não ter feito esta revisão como tínhamos combinado.

O Logrado diz que veste vários bonecos, e o de hoje parece-me que foi o de condicionar o voto de todos.

(O Sr. Vereador Vítor Pereira reclamou desta afirmação).

Há interpelações para obrigar o PS a sair dos destinos da autarquia. Faz-me pensar onde é que está a democracia? Onde está a arrogância e a prepotência, quando não vejo disponibilidade para a governação conjunta?

Quando se condiciona uma revisão ao Orçamento a estes pressupostos da proposta do Vereador Aurélio, alteração do gabinete, retirada de competências ao Presidente, não me parece que seja uma forma legítima.

Temos os 7,5 milhões de euros do saldo para incluir, e não se pode condicionar a realização de obras à questão da governação da Câmara.

Seguidamente elencou as obras a realizar e disse:

"Alguém contesta estas obras? Não, porque são fundamentais para o desenvolvimento do concelho, e apesar das opiniões políticas parece-me que as obras necessárias ao concelho são fundamentais e não merecem contestação.

Não entendo como é que as questões políticas se sobrepõem à inclusão do saldo de gerência numa revisão que é fundamental para a realização de obras.

Foram feitas novas propostas com todos os Vereadores e não podem acusar este executivo permanente de não saber negociar.

O que está a ser feito é atrasar obra e apoio, que já poderia ter sido feito."

O Sr. Vereador Vítor Pereira perguntou:

"E porque é que não começaram há mais tempo?"

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte:

"Respeito a legitimidade do Presidente para fazer as alterações que fez, porque foram necessárias. O saldo de gerência deveria ter sido incluído em maio, e há obras que para serem feitas necessitam desse saldo."

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse o seguinte:

"Foram-se fazer coisas que não estavam previstas e fizeram tábuas rasas daquilo que os Vereadores e a Assembleia Municipal aprovaram."

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou ao Sr. Presidente se ia permitir nova intervenção.

O **Sr. Presidente** respondeu que quando o Sr. Vereador falou não o tinha interrompido e deixou-o falar o tempo que quis, ultrapassando o tempo previsto.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** sugeriu mais 5 minutos, o que foi aceite por todos.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu uma pausa de 10 minutos.

O **Sr. Presidente** concordou, pelo que interrompeu a reunião, das 11:50 horas às 12:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** perguntou, uma vez que ficou acordado dar mais 5 minutos, quem queria utilizá-los.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que antes queria fazer a seguinte pergunta: *“Se não aprovarmos há uma comissão administrativa? Qual é o cenário e quais são os poderes?”*

O **Sr. Presidente** disse o seguinte:

“Nós só estamos a discutir o ponto 7, relativo à Revisão ao Orçamento. Os cenários é para serem feitos fora daqui.”

De seguida deu a palavra aos Srs. Vereadores que pretendem intervir.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse o seguinte:

“Quero dar esclarecimentos adicionais à Vereadora Cidália. A Cidália e o António Santos são coniventes com o GCC, e ela não faz parte dele.

Não havendo delegação formal há de facto delegação de poderes em pessoas que não são Vereadores. E como é que se exerce? Foi montado um sistema de informação, num modelo bastante pidesco, ao qual já aconselhei a mudar o procedimento. Não os contesto, só quando põem em causa os interesses e o desenvolvimento do concelho. A Cidália não faz parte e até não sabe de algumas coisas que se passam com os seus pelouros. É a prepotência. Alguns fazem-no olhos nos olhos, e outros fazem-no de forma envolvente, pela calada.

Viabilizei o Orçamento em dezembro e até fevereiro o Presidente não me chamou para trabalhar, e foi a meu pedido, e depois de desenhar um projeto e vir falar com ele, que comecei. Não tive conhecimento de uma das catorze modificações, e algumas até aconselhei o Presidente a fazê-las. Nas candidaturas não me foi dado conhecimento de nenhuma, e estava aqui dentro. E a Cidália também não sabe de algumas. É o sistema que controla tudo, e o Presidente é refém.”

O Sr. Vereador Fernando Esperança disse o seguinte:

“Ouvi com atenção a Vereadora Cidália, que fez referência a uma série de obras que estão em causa pela não aprovação da revisão. Pergunto: todas estas obras não estavam já cabimentadas?”

Retive uma afirmação final quando ela diz que há obras que já deviam ter sido feitas. É verdade, só pergunto porque é que elas não foram feitas?”

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse o seguinte:

“Fico sempre surpreendido com o que o Vereador Logrado diz. Não foi desmentido, mas foi dito que as verbas para o mercado foram para outro lado. Fiz uma série de exigências em termos de pedidos de informações, votações anteriores e votações atuais. E então vem a questão do mercado, e telefonei ao Presidente a dizer que não vem na revisão, e este diz-me que vem no PPI, vou lá ver e é zero. Coitado do Vereador Santos! Anda a aprovar e a reivindicar o mercado desde o mandato anterior e agora dizem-lhe que não está noutro lado. Agradecia que me dissessem onde está, e que a Vereadora Cidália me informe quais foram as obras que já deveriam ter sido feitas e não foram, e porquê. Não é só a prepotência, são os atos.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse o seguinte:

“Estão 3.303 euros no PPI e PAM aprovado em dezembro para o mercado. Para fazer um Orçamento têm que estar balizados quais os objetivos. Tenho defendido a existência de regulamentos claros e transparentes, para os apoios. É necessário fazer a Carta Educativa para se poderem definir Centros Escolares, porque a Carta Educativa é o diagnóstico do que é necessário e é um documento estruturante para o sector educativo.”

O Sr. Vereador António Santos disse o seguinte:

“Sobre a preocupação do Vítor tenho a dizer que luto sempre para poder vencer, porque quem não luta perde sempre. Estou convencido que luto e que vou vencer. Quero sair da política com a convicção de que lutei. Quero ter aqui um mercado polivalente, com espaços, porque é um dos lugares que visito sempre que vou a algum lado. Estou a lutar para termos um mercado de sucesso, polivalente, aberto todos os dias, que possa ser visitado por todos, e com espaços para refeições ou para tomar um copo. Se não conseguir saio a perder, mas a vida também é feita de derrotas.”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira disse o seguinte:

“Vou responder ao Logrado sobre o tempo que aqui esteve, lembrando que o Presidente esteve sempre ao seu lado, suportou sempre as suas propostas como se fossem da Câmara, esteve sempre ao seu lado com toda a lealdade e disponibilizando-lhe todos os meios. Ficarà a dever-lhe sempre isso e não pode desmenti-lo.

Sobre as obras, uma das que já devia ter sido feita é o mercado, de que tanto se fala.

Sobre a Carta Educativa há aqui um documento que vai ser inserido no PDM e que é o diagnóstico do concelho sobre esta matéria (escolas existentes, problemas, n.º de alunos).

A Carta Educativa, para além do diagnóstico, deve ter uma discussão política. Todos devem ter a perceção deste estudo e depois decidir.

O Centro Escolar da Várzea está lá plasmado, e embora a apreciação do Vereador Aurélio, com a qual concordo, não é improcedente estar a apresentar-se neste momento, porque temos fundos comunitários para ele, e qualquer atraso é a impossibilidade de podermos fazer as candidaturas, fazer os centros escolares e a possibilidade de fazer outros centros escolares. Ou se começam a fazer agora ou então não os poderemos fazer."

O Sr. Presidente disse o seguinte:

"Pouco tenho a acrescentar, uma vez que a discussão foi além do ponto, que era a revisão do Orçamento. Desde maio que se está a trabalhar nesta revisão, com o Vereador Logrado, que apresentou certas condições.

Sobre a governabilidade, o PS foi o mais votado, sem maioria, e sobre a minha dignidade e verticalidade entendo que não me devo vergar a certas situações enunciadas pelo Vereador Logrado e Aurélio.

Quando recebeu o e-mail o Vereador Aurélio respondeu-me logo. Houve reuniões de trabalho em que se viu o documento linha a linha, aceitámos retirar algumas ações e incluir outras.

Sobre as modificações elas estão relatadas no relatório da auditoria, e em média nos últimos anos têm sido feitas cerca de 20, muitas delas são mudanças de rubricas, outras são de verbas que estavam a definir ou insuficientes. Nas modificações não se podem criar novas ações, só nas revisões. Houve obras que transitaram do ano anterior que já foram pagas e essas verbas têm que ser utilizadas.

O que está ali para a revisão refere-se a projetos já concluídos e prontos a serem lançados a concurso. Estão consignadas verbas para encomendar os projetos do PEDU, porque não há capacidade interna. Com o incentivo do Governo para aceleração da utilização dos fundos comunitários, se conseguirmos até 31 de dezembro executar 15% de um dos projetos do PEDU o nosso projeto pode ser majorado em 10%. No nosso caso seria meio milhão de euros.

É isto que tenho a responder. Não vou responder a questões transversais que não dizem respeito a este ponto."

O Sr. Vereador Vítor Pereira disse o seguinte:

"Posso pedir uma clarificação das palavras do Sr. Presidente? É que não percebi. Parece que são muitas obras mas muitas delas já são velhas."

O Sr. Presidente disse o seguinte:

"Está em cima da mesa a revisão ao Orçamento, que vos foi enviada nos termos em que foi pedida, com o enquadramento estratégico, pelo que a submeto à votação."

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

462 - Com a primeira Revisão aos Documentos Previsionais de 2016 incorpora-se o saldo da gerência anterior permitindo-se o desenvolvimento de um conjunto de projetos municipais, que são essenciais para o desenvolvimento económico, social e cultural da Marinha Grande.

Neste âmbito importa destacar os seguintes:

1. Requalificação do Sistema de abastecimento de água em alta, através da contratação da simulação hidráulica e dos projetos de execução da adutora e reservatório dos Picotes
2. Requalificação da Rua das Andorinhas;
3. Obras para instalação da creche social no antigo edifício da IVIMA;
4. Requalificação da Rua da Sapinha, na Moita;
5. Beneficiação da Rua da Vitória, na Ordem;
6. Execução da rede de saneamento nas Trutas, Picassinos, Pedrulheira e Amieira;
7. Beneficiação da rede viária no lugar das Trutas;
8. Requalificação do espaço público, designadamente no que respeita aos passeios;
9. Aquisição de equipamento para as cantinas escolares;
10. Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho;
11. Beneficiação do espaço de jogo e recreio do Parque da Cerca e criação de um espaço de promoção da segurança rodoviária no mesmo Parque;
12. Instalação de equipamentos de jogo e recreio nos estabelecimentos de ensino básico de Casal de Malta e António Vitorino e no estabelecimento de ensino pré-escolar da Fonte Santa;
13. Requalificação da Escola da Várzea para adaptação como centro escolar;
14. Aquisição de equipamento e de sinalética para a promoção do concelho;
15. Aquisição de equipamento informático com vista à aceleração do processo de desmaterialização administrativa e a um funcionamento mais eficiente e eficaz dos serviços municipais;
16. Beneficiação da Rua do Repouso até ao limite do concelho;
17. Construção do novo mercado municipal;
18. Celebração de Contrato Interadministrativo com a Freguesia da Marinha Grande para fornecimento de matéria-prima para asfaltamento de ruas periféricas desta freguesia;
19. Atribuição de apoio para a realização de obras de remodelação e ampliação do edifício sede da Junta de Freguesia da Marinha Grande;
20. Apoio a alunos carenciados do ensino pré-escolar e do ensino básico;
21. Refeições escolares;
22. Semana da Juventude e Jornadas do Turismo;
23. Atribuição de subsídios a associações nas áreas de desporto, social e cultural, designadamente para remodelação de equipamentos e de infraestruturas, nas quais se incluem os relvados sintéticos;
24. Aquisição de manuais escolares para oferta aos alunos do ensino básico público;
25. Espetáculos culturais para a Casa da Cultura – Teatro Stephens;
26. Execução do PEDU, designadamente a requalificação de edifícios de habitação social, ligações da ciclovía do Parque Mártires do Colonialismo e Parque da Cerca, construção de interface de transportes, reabilitação integral do edifício do Jardim Luís de Camões, reforço da rede de ciclovias;
27. Formação profissional dos recursos humanos municipais, para melhoria da eficácia e eficiência do respetivo desempenho;

O maior volume de investimento previsto nos projetos acima enunciados respeita à execução da rede de saneamento doméstico, à execução do PEDU, à requalificação do Centro de Saúde e à requalificação da Escola EB Guilherme Stephens. Estes projetos que ascendem a vários milhões de euros só podem ser executados com recurso a fundos comunitários Portugal 2020. Para este efeito é imprescindível a incorporação do saldo de gerência que permite a execução das respetivas candidaturas e subsequente execução das obras em causa.

O esforço de investimento envolvido é absolutamente essencial para a afirmação da Marinha Grande como um concelho moderno e desenvolvido, em que se dá um passo decisivo na cobertura de serviços essenciais, avançando de forma significativa na expansão da rede de saneamento doméstico e ao mesmo tempo se aposta na requalificação urbana da cidade da Marinha Grande.

Com a presente revisão pretende-se igualmente garantir o acesso ao anunciado “Acelerador de investimento – Portugal 2020” que permite a majoração total da dotação prevista no PEDU ou no PARU.

Cabe à Câmara Municipal assumir o compromisso e a responsabilidade de desenvolver todos os esforços para que os projetos essenciais ao desenvolvimento económico, social e cultural da Marinha Grande sejam executados com a maior celeridade possível.

Cabe, igualmente, à Câmara Municipal acompanhar a execução de todos os projetos cuja implementação é possível (e necessária) em função da aprovação da presente revisão aos documentos previsionais.

Presente proposta da 15ª Modificação – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2016, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2016, no valor de 7.566.533,35 euros nos reforços e 115.881,25 euros nas anulações.

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2016, no valor de 7.567.819,73 euros nos reforços e 117.167,63 euros nas anulações.

1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016, no valor de 5.739.860,65 euros nos reforços, com reforço de dotação em 2017 de 176.068 euros e anulação de dotação de 125.000 euros nos anos de 2018 e 2019.

1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2016, no valor de 1.433.468,05 euros nos reforços e 21.196,96 euros nas anulações, e ainda com anulação de dotações no ano de 2017, de 210.265,54 euros, em 2018 de 72.871 euros, em 2019 de 80.771 euros e em anos seguintes de 91.313 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 15.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, constituída pela 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi rejeitada, com 4 votos contra dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Fernando Esperança, da CDU, do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, do MPM e do Sr. Vereador Carlos Logrado, do +Concelho, e com 3 votos a favor do Sr. Presidente Paulo Vicente, e da Sra. Vereadora Cidália Ferreira, do PS, e do Sr. Vereador António Santos, do PSD.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Continuamos a pautar por uma política local, consistente e estável.

Sempre entendemos que deve governar quem ganhou, nas urnas, as eleições.

Entendemos, ainda, que se um documento desta envergadura não fosse aprovado, a Marinha Grande e as suas populações ficariam severamente prejudicadas, mais do que já se encontram.

Como a nossa política é dar prioridade à Marinha Grande e ao bem-estar das suas gentes, continuamos a votar favoravelmente esta revisão, para que se dê prioridade máxima às obras que tanto as populações anseiam.

As obras que entendemos serem prioritárias, são as seguintes, a saber:

- Requalificação do Sistema de abastecimento de água em alta, através da contratação da simulação hidráulica e dos projetos de execução da adutora e reservatório dos Picotes*
- Requalificação da Rua das Andorinhas;*
- Obras para instalação da creche social no antigo edifício da IVIMA;*
- Requalificação da Rua da Sapinha, na Moita;*
- Beneficiação da Rua da Vitória, na Ordem;*
- Execução da rede de saneamento nas Trutas, Picassinos, Pedrulheira e Amieira;*
- Beneficiação da rede viária no lugar das Trutas*
- Aquisição de equipamento para as cantinas escolares;*
- Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho;*
- Beneficiação do espaço de jogo e recreio do Parque da Cerca e criação de um espaço de promoção da segurança rodoviária no mesmo Parque;*
- Requalificação da Escola da Várzea para adaptação como centro escolar;*
- Aquisição de equipamento e de sinálética para a promoção do concelho*

-Aquisição de equipamento informático com vista à aceleração do processo de desmaterialização administrativa e a um funcionamento mais eficiente e eficaz dos serviços municipais;

-Beneficiação da Rua do Repouso até ao limite do concelho

-Construção do novo mercado municipal

-Apoio a alunos carenciados do ensino pré-escolar e do ensino básico

-Refeições escolares;

-Atribuição de subsídios a associações nas áreas de desporto, social e cultural, designadamente para remodelação de equipamentos e de infraestruturas, nas quais se incluem os relvados sintéticos; (Marinhense e Garcia)."

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

"Teimosamente o grupo que controla a Câmara (GCC) não quer constituir um grupo governativo sólido e capaz de inverter a triste realidade que constrange o desenvolvimento do concelho nos últimos 7 anos.

Estou certo que a maioria dos elementos do Partido que suporta o GCC, o Partido Socialista, não concorda com esta tática, no entanto não tem tido coragem de quebrar a mordaza e deixar de ser refém.

Para quem tem dúvidas da veracidade destas afirmações, basta analisar as negociações políticas das últimas semanas:

1 – o GCC excluiu completamente das mesmas o + Concelho e o Vereador Carlos Logrado;

2 – o GCC não quis aprofundar as negociações havidas com a CDU;

3 – o GCC não quis aprofundar e dar continuidade às negociações havidas com o MpM.

Dir-se-á, falsamente, quem tem a maioria dos votos governa em absolutismo perfeito. A democracia e a expressão do povo na votação afirma o contrário, "quem tem a maioria dos votos é responsável por constituir equilíbrios capazes de garantir a governação".

Contrariamente ao que fez António Costa e o PS nacional, o GCC teima no contrário, não dá mostras de entender as regras democráticas escolhendo de entre as diferentes forças políticas com assento na Câmara, que se mostram disponíveis para uma solução governativa sólida, aquela que melhor se ajuste ao programa que apresentou aos eleitores.

O+ Concelho mostrou-se e mostra-se disponível, a CDU e o MpM também já o fizeram.

O papão de não ser possível fazer obras que a Marinha Grande tanto precisa, é também completamente falso. A democracia está bem feita! Dos 5 cenários possíveis, há 2 que garantem que os interesses do Município e dos munícipes estão acautelados de imediato, e são:

1 – o GCC encontrar junto das 4 forças disponíveis um governo sólido que dê garantias de eficiente execução desta revisão e de todas as outras que se lhe sigam;

2 – se incapazes de cumprirem a solução 1, a constituição de uma comissão administrativa, por um lado garante a execução de todas as obras, e por outro é melhor solução do que a que hoje existe.

A comissão administrativa, sendo um órgão colegial constituída por 5 membros deste executivo (do qual, muito provavelmente, não farei parte por imperativo legal), é a garantia real de que a acção nefasta do GCC não terá continuidade.

Por último uma palavra de conforto para todos os munícipes que não acompanhando a par e passo o dia-a-dia da governação, podem facilmente ser manipulados e convencidos que esta não aprovação será um drama para o concelho. Não o é, ao contrário, vai obrigar a uma revolução na Câmara Municipal que criará condições para que no futuro do curto prazo sejamos um concelho muito melhor.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Desde o momento em que este processo começou a ser apreciado que tenho tido o cuidado de, não apenas ler a documentação que me é facultada, como analisá-la com sentido crítico e fundamentado. Neste trabalho tenho um olhar alargado sobre a organização, a capacidade de execução orçamental e aquilo que considero fundamental para o desenvolvimento económico-social e para o que pode ser a qualidade de vida dos cidadãos. Deste trabalho resultou uma proposta concreta que enviei ao Sr. Presidente e sobre a qual V. Ex.^a considera que os termos nela contidos “não são passíveis de ser sequer consideradas”. Com a clareza com que interpreto as suas palavras também cedimento a proposta que lhe enviei com os fundamentos que ela contém. Por isso, mantenho os mesmos termos da declaração que proferi sobre este assunto na última reunião e que, para a presente, transcrevo.

Atendendo à importância desta revisão orçamental, que integra a incorporação de 7,5 M€ provenientes da conta de gerência do ano anterior, há duas considerações fundamentais:

- a) Domínio político: o processo conducente à apresentação desta revisão, do ponto de vista político, revela uma incapacidade, dos dois titulares de pelouros executivos, para a realização duma concertação colectiva e uma manifesta dificuldade para desenvolver um diálogo construído com os restantes elementos que constituem o órgão. Não basta enviar um mail, nos dias que antecedem a reunião de apreciação deste documento, para que os vereadores “querendo”, palavras do Sr. Presidente, possam pronunciar-se sobre um quadro de inúmeras verbas em 23 páginas. Uma concertação política com vista à aprovação de um documento com a importância que este tem, não pode nunca estar sujeita a este tipo de conduta. Se, em momento algum, houvesse um interesse genuíno em se obter o contributo dos elementos que constituem este órgão, em tempo oportuno, teríamos sido convocados para uma reunião onde pudéssemos discutir o assunto antes de ser elaborada a proposta agora em apreciação.*

A utilização de assuntos tão sérios e importantes para o nosso Município com recurso a estratégias que visam criar na opinião pública a ideia de que a execução destas acções depende, única e exclusivamente, da aprovação da revisão, num gesto de atribuição de responsabilidade política aos restantes cinco elementos deste órgão, que não tem funções executivas, é desleal e não corresponde à verdade.

- b) Domínio estratégico-executivo: o documento continua a não revelar a existência de uma VISÃO para a Marinha Grande. As acções inscritas na revisão do orçamento são avulsas, não revelando a estratégia para uma terra de desenvolvimento económico, social, cultural e desportivo. Aparecem como se todas elas fossem uma prioridade, o que revela a inexistência de estratégia.*

Não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos. Aliás nem as infra-estruturas fundamentais estão assumidas como é o caso das piscinas; do desenvolvimento, infra-estruturação e acessibilidades da zona industrial; dos eixos rodoviários, que reorganizem o trânsito e redireccionem os circuitos dos veículos pesados do centro da cidade; não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais (envelhecimento, toxicodependência, juventude), medidas de apoio às famílias; o mercado.

Esta revisão integra acções que são inequivocamente fundamentais face ao estado de gravidade a que o cumprimento de serviços públicos chegou. O exemplo mais expressivo é o facto de estar em causa o abastecimento público de água e só agora estar inscrito o projeto reservatório dos Altos Picotes como "obra definida". Relativamente a obras objecto de financiamento comunitário, há uma reflexão a fazer-se que se prende com o facto de o Município tomar opções em função das linhas de financiamento, alocando a componente de financiamento própria a estas obras que, por vezes, condicionam investimentos prioritários (não financiados) para o concelho, como sejam o mercado, as piscinas, os equipamentos sociais.

Em relação ao mercado, a acção é referido na proposta de deliberação, mas não se encontra nos restantes documentos que integram a proposta de revisão. Também não percebemos como a acção pode estar inscrita sem que haja a localização clara e como aparece no documento desintegrada do PEDU.

Em suma, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal, numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos.

Na verdade esta proposta de revisão do orçamento permite-nos concluir que os 7,5 milhões de euros correspondem a acções muito pensadas num modelo eleitoralista, em que se priorizam as pavimentações e a subsidiação às associações, sem que existam critérios ou uma verdadeira política do associativismo. Revela que, durante estes últimos anos, a Câmara municipal não executou acções esperando pela antecipação do quadro autárquico de 2017. Ficamos na dúvida se, a forma como o executivo permanente conduziu este processo, tem em vista a verdadeira aprovação do documento, se pretende vitimizar-se, ou se quer tirar dividendos políticos na sombra da sua incapacidade de realizar as obras, como temos assistido nos últimos anos. Esta revisão já é, apesar de formalmente não ser, o orçamento de 2017... está a ser apresentada no momento em que já devíamos estar a elaborar o principal instrumento de gestão orçamental para o próximo ano.

Desde que integro este órgão que não me identifico com os orçamentos e esta revisão também não é a excepção."

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

"O PS falha tudo o que promete e falha tudo em que se compromete. Falharam o acordo com a CDU, nunca cumpriram o que prometeram ao PSD e, pelos vistos, falharam novamente num possível entendimento com o + Concelho.

Certamente que não andarão todos com o passo trocado e somente o PS com o passo certo. O passo trocado é do PS que não cumpre acordos, não sabe dialogar, não sabe encontrar consensos e tem uma visão sectária da gestão do concelho.

O PS pretende impor em exclusividade a sua vontade e as suas poucas e más ideias para o município. O diálogo não pode ser uma palavra vã. O diálogo tem de ser uma realidade e não um mero cumprimento de formalismos.

Foi assim, com maiores ou menores promessas que o PS conseguiu aprovar os documentos previsionais para o ano de 2016. Aprovados na Câmara com os apoios do PSD e do + Concelho e posteriormente ratificados em Sessão da Assembleia Municipal.

Os vereadores da CDU, embora tenham votado desfavoravelmente os documentos previsionais para 2016, aceitaram o normal funcionamento das órgãos democraticamente eleitos e prosseguiram o seu trabalho na firme convicção que os documentos aprovados seriam respeitados, com as naturais e inevitáveis correções que sempre se fazem.

Puro engano, quer da CDU, quer dos outros vereadores, quer da Assembleia Municipal, quer dos munícipes em geral.

É assim que após muita insistência da nossa parte o PS nos fornece as 14 alterações orçamentais que tinham efectuado até Junho de 2016.

14 alterações orçamentais que "movimentaram" mais de 3,5 milhões de euros, isto é, o PS pulverizou os documentos previsionais aprovados, quer em reunião de Câmara, quer em Assembleia Municipal e gerou, de iniciativa própria uma outra "coisa" completamente diferente.

Em meio ano o PS desrespeitou tudo e todos.

A título meramente exemplificativo, passamos a transcrever apenas algumas das mais significativas alterações orçamentais efectuadas pelo PS, conforme despachos do snr. Presidente da Câmara dos quais indicamos as respectivas actas.

Alteração orçamental de 21-01-2016

- 1 – Retiraram 8.000 € que estavam destinados ao saneamento das Trutas;
- 2 – Retiraram 41.000 € que estavam destinados ao pagamento do Fundo de Apoio Municipal.

Alteração orçamental de 30-01-2016

- 1 – Retiraram 128.000 € que estavam destinados a amortização de empréstimo à CGD. Porque orçamentaram 366.000 € e logo a seguir retiram 128.000.?
- 2 – Retiraram 34.000 € que estavam destinados a transportes escolares;
- 3 – Retiraram 186.000 € que estavam destinados a beneficiação da Rua Esquerda na Moita;
- 4 – Retiraram 19.000 € que estavam destinados a obras de abastecimento de água do Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral;
- 5 – Retiraram 46.000 € que estavam destinados a obras de pavimentação na freguesia da Marinha Grande. A rubrica ficou com a dotação de 1 euro;
- 6 – Retiraram 50.000 € que estavam destinados a obras de reabilitação na Casa Museu Afonso Lopes Vieira;
- 7 – Retiraram 93.000 € que estavam destinados ao pagamento do Fundo de Apoio Municipal. A rubrica ficou com a dotação de 1 euro.

Alteração orçamental de 18-02-2016

- 1 – Retiraram 7.000 € que estavam destinados aos percursos pedestres de S. Pedro de Moel;
- 2 – Retiraram 11.000 € que estavam destinados a alimentação nas cantinas escolares;
- 3 – Retiraram 24.500 € de verbas que estavam destinadas à rede viária da Amieira em resultado das obras do saneamento;
- 4 – Retiraram mais 154.000 € que estavam destinados à beneficiação da Rua Esquerda na Moita;
- 5 – Retiraram 150.000 € que estavam destinados à requalificação da Rua das Andorinhas;
- 6 – Retiraram 50.000 € que estavam destinados às obras de ligação da Zona Industrial à A 8;
- 7 – Retiraram 20.000 € que estavam destinados às obras de abastecimento de água à Rua das Flores e outras limítrofes;
- 8 – Retiraram 30.000 € que estavam destinados à construção do furo de captação de águas de Picassinos;
- 9 – Retiraram 39.000 € que estavam destinados a obras de saneamento de Picassinos.

Alteração orçamental de 26-02-2016

- 1 – Retiraram 16.000 € que estavam destinados ao programa de apoio à actividade desportiva federada.

Alteração orçamental de 03-03-2016

1 - Retiraram mais 8.000 € que estavam destinados ao programa de apoio à actividade desportiva federada.

Alteração orçamental de 17-03-2016

1 - Retiraram mais 131.000 € que estavam destinados ao programa de apoio à actividade desportiva federada;

2 – Retiraram 5.500 € que estavam destinados a alimentação nas cantinas escolares;

3 – Retiraram 274.000 € que estavam destinados a outras obras de remodelação e pavimentação;

4 – Retiraram 138.000 € que estavam destinados a obras de saneamento na Amieira;

5 – Retiraram 101.000 € que estavam destinados a obras de saneamento na Picassinós;

6 – Retiraram 52.000 € que estavam destinados a obras de saneamento diversos;

7 – Retiraram 18.000 € que estavam destinados à Creche da Ivima;

8 – Retiraram mais 5.500 € que estavam destinados a obras na Casa Museu Afonso Lopes Vieira;

9 – Retiraram 19.000 € que estavam destinados a obras nos campos de ténis;

10 – Retiraram 142.000 € que estavam destinados a obras de saneamento nas Trutas;

11 – Retiraram 21.000 € que estavam destinados a equipamento para o auditório da Resinagem.

Alteração orçamental de 11-04-2016

1 – Retiraram 155.000 € que estavam previstos para a requalificação da área envolvente à Capela do Pilado.

Alteração orçamental de 04-05-2016

1 – Retiraram 40.000 € que estavam previstos para obras de saneamento diversas;

2 – Retiraram 12.500 € que estavam previstos para obras de abastecimento de água;

3 – Retiraram 69.000 € que estavam destinados a obras em edifícios municipais;

4 – retiraram 11.800 € que estavam destinados a obras diversas de abastecimento de água.

Alteração orçamental de 17-05-2016

1 – Retiraram 66.000 € que estavam destinados a aquisição de manuais escolares;

2 – Retiraram 67.000 € que estavam destinados à contratação de seguros;

3 – Retiraram 41.000 € que estavam destinados a obras na Rua Joaquim Matias e Travessa do Cotovelo;

4 – Retiraram 16.000 € que estavam destinados a obras no jardim de infância da Fonte Santa;

5 – Retiraram 15.500 € que estavam destinados a aquisição de equipamento para o ensino pré-escolar;

- 6 – Retiraram 7.200 € que estavam destinados à reabilitação da cantina da Várzea;*
- 7 – Retiraram 8.900 € que estavam destinados a obras de saneamento nas Trutas;*
- 8 – Retiraram 5.000 € que estavam destinados a obras de saneamento na Rua dos Chedos em Vieira de Leiria;*
- 9 – Retiraram 30.000 € que estavam destinados a obras no furo AC 3 na Pedrulheira;*
- 10 – Retiraram 5.000 € que estavam destinados a obras no reservatório de águas em S. Pedro;*
- 11 – Retiraram 45.000 € que estavam destinados a obras diversas de abastecimento de água.*

Alteração orçamental de 07-06-2016

- 1 – Retiraram 10.000 € destinados às obras na Oficina da Música;*
- 2 – Retiraram 8.000 € que estavam destinados a obras diversas de abastecimento de água;*
- 3 – Retiraram 7.500 € que estavam destinados a obras nos campos de ténis;*
- 4 – Retiraram 5.000 € que estavam destinados a obras nos estaleiros municipais;*
- 5 – Retiraram 25.000 € que estavam destinados a obras diversas de abastecimento de água;*
- 6 – Retiraram 30.000 € que estavam destinados a obras diversas.*

Na alteração orçamental de 04-05-2016, decidiram um reforço orçamental de 51.700 € destinado à aquisição de uma viatura para o Presidente. No entanto, talvez considerando as muitas críticas levantadas pela oposição, o snr. Presidente da Câmara despachou em 07-06-2016 no sentido dessa verba ser retirada na íntegra.

E é aqui que se inicia o grande problema com a actual revisão orçamental apresentada pelo PS. A saber:

- 1 – O PS não respeitou os documentos aprovados em sede de Câmara Municipal e Assembleia Municipal;*
- 2 – O que demonstrou uma total falta de respeito pelos diversos órgãos autárquicos;*
- 3 – Demonstrando igualmente que não tinham qualquer rumo orientador e estratégico para o desenvolvimento do concelho;*
- 4 – Visto ter feito através das alterações orçamentais um orçamento completamente diferente;*
- 5 – Além de ter retirado verbas na totalidade que estavam destinadas a obras consideradas fundamentais e estruturantes.*

O que agora todos nos questionamos é onde o PS investiu o dinheiro que foi retirando nas 14 alterações orçamentais que efectuou. Onde estão as obras? Onde estão os melhoramentos? Onde estão os resultados.? Onde que não se vêem?

Até que nos apresentam, tarde e a más horas, além do meio do ano, uma proposta de revisão orçamental, mal amanhã, nada explicada e sobretudo nada fundamentada.

Pretendiam incorporar o saldo da conta de gerência no montante de cerca de 7,5 milhões de euros.

A par desta proposta apresentada a todos os vereadores, o PS lança uma campanha vergonhosa, profundamente eleitoralista e enganosa, prometendo este mundo e o outro. Tudo vão fazer. Compram páginas de jornais como publicidade (pago por todos nós) para anunciar obras e mais obras. Diriam os mais religiosos que seria Deus no Céu e o paraíso na Marinha Grande. Ao mesmo tempo que lançam esta enganosa campanha, vão deixando o recado que tal só será possível se a oposição votar favoravelmente a revisão orçamental.

É a mais pura e vergonhosa campanha de chantagem e vitimização jamais vista, procurando esconder a total incompetência do PS para gerir os destinos do concelho da Marinha Grande.

Cabe-nos nesta altura perguntar;

- 1 – Então o PS que durante estes 7 anos quase nada fez, se excluirmos as grossas asneiradas, é agora que vai fazer obra;*
- 2 – Então é agora que o PS vai transformar o concelho num enorme estaleiro?*
- 3 - Então é agora, em cerca de 4 meses, que se vai fazer tudo o que não se fez nos anos anteriores de gestão PS?*
- 4 – Então é agora que o PS quer as obras feitas e quer dar apoios aos Clubes e retirou do orçamento as verbas que lhes estavam destinadas?*

Verticalidade e verdade precisa-se para o PS.

Como facilmente se compreenderá a péssima proposta inicial de revisão orçamental foi chumbada em reunião de Câmara, apesar da oposição ter sugerido ao Snr. Presidente de Câmara que retirasse a proposta antes de ser votada de forma a que se conseguisse chegar a um entendimento favorável para a Marinha Grande. O Snr. Presidente da Câmara não aceitou a proposta de retirada e forçou a votação da mesma.

Perante o chumbo da proposta inicial o PS apresentou uma “nova” versão de revisão orçamental. Esperavam-se alterações significativas. Puro engano. Alguns dos pecados mortais da nova proposta:

- 1 – A revisão integra o saldo de conta de gerência numa forma anárquica, sem que se evidencie qualquer planeamento ou definição de prioridades, quer a nível do investimento, quer mesmo ao nível do funcionamento normal;*
- 2 – A revisão continua a não integrar verbas para investimentos que consideramos prioritários e fundamentais, como é o caso do Mercado Municipal. A verba prevista em termos orçamentais é zero;*
- 3 – A revisão continua a integrar verbas para investimentos que consideramos não serem prioritários nem fundamentais, pelo menos nos moldes propostos, caso do centro Escolar que agora parece ser na Várzea. Tenha-se em consideração que o PS, conforme vira a cabeça no travesseiro, muda o local do centro escolar,*

4 – A revisão continua a integrar verbas absolutamente despropositadas, sumptuosas e que indiciam claramente o desbaratamento de dinheiros públicos.

As razões apresentadas são mais do que suficientes para esta revisão não merecer o nosso voto favorável. No entanto, para que dúvidas não restem, apenas algumas discordâncias concretas da nossa parte e a título meramente exemplificativo:

- 1 – Mercado Municipal – verba orçamentada igual a zero;*
- 2 – Órgãos da Autarquia – Conservação de bens – 135.000 €. Verba genérica e residual para posteriormente se utilizar como se quiser;*
- 3 – O presente envenenado de 45.000 € em massas asfálticas para a Junta de Freguesia da Marinha Grande. Abrir concurso e demais fases processuais quando é que a Junta de Freguesia consegue fazer obra que se veja até 31 de Dezembro?;*
- 4 – Reforços muito significativos em despesas correntes, tendo em consideração que tinham retirado enormes importâncias para outras despesas, pulverizando como vimos as iniciais dotações orçamentais. Aqui podemos referir os apoios às colectividades, às instituições sociais, o apoio à atividade desportiva federada, os manuais escolares, etc.;*
- 5 – A verba de quase 50.000 € para a iluminação de Natal e Festa da Primavera que ninguém, mesmo os eleitos do PS, sabem como vai ser e o que se pretende fazer;*
- 6 – As verbas para publicidade que continuam bastante elevadas e que em nosso entender são campanha eleitoral paga pelos munícipes;*
- 7 – A realização duma semana da juventude, com uma verba de 30.000 € da qual não existe nada. Nem programa nem ideias;*
- 8 – Um reforço de verba para o Orçamento Participativo que agora parece ser de somente 3.500 €. Quem fala verdade?*

Em termos do Plano Plurianual de Investimentos, os exemplos da nossa discordância são imensos. Ficam somente alguns exemplos:

- 1 – Mais de 175.000 € para pavimentações diversas. Quais? Existem projectos?*
- 2 – Outras construções e remodelações diversas – cerca de 137.000 €. Onde? Quais? Existem projectos?*
- 3 – Centenas de milhares de euros alocados a obras na rede viária no âmbito da realização de infraestruturas de saneamento. Para quê e como é possível se as obras de saneamento ou ainda não se iniciaram ou iniciaram-se há muito pouco tempo. Como é possível fazer todas estas intervenções até ao fim do ano?*
- 4 – Aquisição de terrenos com verba de 370.000 €. Que terrenos? Para quê?;*
- 5 – Porque retiram as verbas destinadas à requalificação da Rua das Andorinhas e a outras obras significativas para o concelho, nomeadamente a nível do saneamento?*
- 6 – Os mais de 200.000 € destinados à beneficiação do Parque da Cerca, verba que consideramos exorbitante e não prioritária;*
- 7 – O não conhecimento exaustivo dos projectos candidatados a fundos comunitários, prevalecendo uma informação insuficiente, truncada e indiciadora de graves problemas nesta área;*
- 8 – Informação zero sobre o Centro Escolar que agora parece ser na Várzea;*

9 - Aquisição de equipamento para promoção do concelho no valor de mais de 61.000 €. O que é isto?

10 – 431.000 € para aquisição de computadores e material informático. O que vão comprar? Qual o diagnóstico de necessidades? Isto é desbaratar dinheiros públicos. Da nossa parte um rotundo não.

Face ao exposto é certo que os eleitos da CDU não podem viabilizar este documento, apesar do mesmo conter alguns aspectos positivos, nomeadamente no que concerne ao lançamento de algumas obras que consideramos fundamentais, caso da adutora, bem como o apoio a entidades sociais, culturais e desportivas.

Os eleitos da CDU não podem contudo, deixar passar um documento mau e altamente lesivo dos interesses da população do nosso concelho só porque o mesmo contém alguns (poucos) itens positivos.

O voto desfavorável da CDU não significa a adopção de qualquer estratégia política como alguns pretendem fazer crer. O que está em causa é a recusa a uma má proposta em termos genéricos e a recusa a uma proposta que visa o desbaratar de verbas consideráveis de dinheiros públicos.

Os eleitos da CDU continuam disponíveis para encontrar soluções que satisfaçam os verdadeiros interesses do concelho, na presunção que todos os eleitos na Câmara Municipal deverão precaver uma solução que evite aquilo que foi ocasionado pelas 14 alterações orçamentais do PS e que pulverizaram os documentos previsionais que tinham sido aprovados nos órgãos competentes.

Os eleitos da CDU continuarão disponíveis para o diálogo, com a convicção que a defesa intransigente do concelho se deve sobrepor sempre a situações meramente pontuais.”

Esta declaração de voto foi subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Esperança.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Nos termos do POCAI (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) o Orçamento pode ser objecto de aumento global da despesa, por contrapartida:

- do saldo apurado na gerência anterior dando lugar a uma revisão ao orçamento, ou ;*
- pela aplicação de receitas legalmente consignadas, dispensando estas a figura da revisão.*

*Por definição, o **Saldo da Gerência Anterior** é apurado pelo diferencial entre a receita efectivamente cobrada e a despesa efectivamente paga e que, relativamente ao ano de 2015, resultou num saldo de **Eur. 7.258.380,92**, sendo que este saldo só poderá ser transformado*

em receita disponível, para efeitos de aumento global do orçamento, depois de aprovado pelo Órgão Deliberativo.

Importa salientar o reforço, para 2016 e seguintes, das rubricas que consubstanciam a estratégia governativa do Executivo, numa perspectiva de curto-médio prazo de onde emergem as respostas às necessidades mais importantes para satisfação dos Municípios e afirmação do Município no contexto local, regional e nacional, a saber:

a) EDUCAÇÃO

Requalificação dos Equipamentos Ensino Básico do Pré-Escolar e 1º Ciclo, incluindo mobiliários, redes de comunicação, etc.; b) Construção do Centro Escolar na Várzea e c) Requalificação da EB Guilherme Stephens em protocolo com DGEstE. Estes investimentos previstos correspondem às necessidades identificadas quer pelos respectivos Agrupamentos Escolares, quer no âmbito dos estudos para a Carta Educativa (integrada na revisão do PDM) e da Carta Estratégica. De sublinhar que a própria Administração Escolar Regional reclama há vários anos a necessidade do Município da Marinha Grande fazer o reajustamento da sua rede escolar em consonância com o Plano Nacional para os Equipamentos Escolares, tendo sido por isso contratualizado em sede de ITI (Portugal 2020) o financiamento comunitário para esse investimento (Centros Escolares).

b) APOIO ÀS ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

Um dos principais desafios do concelho em matéria social, cultural, desportiva e recreativa, radica-se no estreitamento da cooperação entre os diversos agentes do sector que permita dar continuidade à optimização dos equipamentos e dos recursos e a articulação das ofertas e actividades existentes.

Neste sentido é fundamental aprofundar a plataforma de partilha e trabalho em rede entre todas as Instituições.

A articulação e cooperação entre o sector público e associativo permitem a partilha e a maximização da utilização dos recursos, contribui para uma oferta cultural, desportiva e recreativa ampla e diversificada que melhora significativamente a qualidade de vida da população residente bem como reforça a atracção de visitantes, conferindo um renovado dinamismo cultural e social ao concelho.

Tem sido, de resto, este apoio do Município que tem permitido a realização, por parte das Instituições, de avultados investimentos em equipamentos desportivos (campos, relvados, pavilhões, etc.), educativos (salas de apoio, acompanhamento escolar, etc.), recreativos e culturais (animação social, artes performativas, etc.) e de apoio social (centros de dia, apoio domiciliário, etc.) que se revelam ser pilares fundamentais na atenção e resposta directa às necessidades de toda a população, de todas as gerações (da primeira à terceira e quarta idades).

Estes investimentos não anulam nem diminuem o compromisso do Executivo em dar continuidade aos compromissos assumidos em tantas outras áreas de actuação, que decorrem dos anos anteriores, já previstos e cabimentados em sede orçamental.

c) COESÃO SOCIAL

A nossa estratégia é atribuir a primazia à valorização de preocupações de retorno social na definição de intervenções de requalificação do espaço público, designadamente na promoção de espaços de socialização e na melhoria da oferta de equipamentos e serviços de intervenção social. Como objectivos específicos assumimos na nossa proposta:

- 1. Promover acções integradas de regeneração física e social de zonas urbanas desqualificadas habitadas por comunidades desfavorecidas (Bairro Social de Casal de Malta e da Praceta da Liberdade);*
- 2. Promover ou apoiar a fixação de serviços de proximidade e projectos de economia social.*

Foi assim que no PEDU/PAICD garantimos o financiamento para uma primeira intervenção importante, incluindo a promoção nestes edifícios de eficiência energética. Um investimento que terá de ter continuidade no restante parque de Habitação Social e espaços públicos envolventes ao mesmo enquanto caminho estratégico para promover o apoio e a integração de comunidades mais desfavorecidas e alvo de exclusão.

Ainda no âmbito do PEDU/PAICD o MMG tem aprovado o financiamento comunitário para a construção da Loja Social / Cantina Social, requalificando um espaço municipal existente, para dar resposta às necessidades de apoio social às famílias mais carenciadas, minimizando assim os riscos de exclusão, numa abordagem integrada aos problemas e uma actuação em parceria e de forma articulada e complementar entre o Município e as diferentes entidades que operam no domínio social.

d) EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

a. Mercado

Sendo uma aspiração dos Municípios de há muitos anos, está desde 2005 dependente de uma decisão sobre a sua localização, tendo o actual Executivo assumido que a mesma só seria tomada depois de uma discussão pública alargada.

Recorde-se que ainda durante anterior mandato o Executivo, também liderado pelo Partido Socialista, solicitou aos Serviços Municipais a elaboração de um Projecto de construção do Mercado Municipal considerando duas alternativas para a localização do mesmo.

O Projecto que está pronto a ser implementado, e que garante as condições necessárias para a Marinha Grande ter antes do final do presente mandato um Mercado Municipal digno e que responda às necessidades quer dos Comerciantes quer dos seus Utentes, pode assim ser implantado em qualquer uma das localizações que estão em cima da mesa.

b. Creche Social

A Creche Social é uma necessidade no Município para fazer face aos problemas que têm as Famílias em confiar os seus filhos menores ao cuidado de alguém durante o seu período de trabalho, sobretudo quando não têm o suporte familiar necessário para as apoiar.

A Creche Social pretende responder a esta necessidade prestando um serviço às famílias e tem o apoio institucional da Segurança Social com quem se fará a necessária articulação para acolhimento das Crianças. A gestão da Creche Social será feita por uma IPSS local reforçando assim o papel subsidiário que estas Instituições desenvolvem na resposta às necessidades sociais do território e em complementaridade com o Município.

c. Centro Saúde

O investimento na requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande corresponde a um acordo celebrado entre o Município e a Tutela governativa viabilizando assim a contratualização no ITI do financiamento comunitário necessário. Não sendo essas verbas suficientes, o Município negociou junto do Ministério da Saúde um reforço de verbas para uma Fase II de intervenção no edificado e equipamentos do Centro de Saúde. A intervenção prevista na Fase I pretende dotar aquele equipamento das condições físicas necessárias para instalar 3 Unidades de Saúde Familiar, em conformidade com a legislação em vigor, além dos serviços básicos de cuidados de Saúde ali prestados (Enfermagem, Cuidados na Comunidade, Vacinação, Planeamento Familiar, Consultas dos Diabetes, etc.).

A intervenção na Fase II pretende dotar o SAP e a Unidade de Prevenção e Tratamento de Toxicodependências das condições para assegurar o normal funcionamento das Urgências 24h e daquela Unidade. As intervenções a fazer serão tanto a nível das infra-estruturas (coberturas, águas, saneamento, etc.) e garantirão que o Centro de Saúde da Marinha Grande tenha todas as condições para acolher novos Profissionais (Médicos, Enfermeiros e Assistentes Técnicos) que garantam o seu normal funcionamento e ainda mais o acompanhamento de todas as Famílias/Municípes nos cuidados básicos/primários de saúde.

e) REGENERAÇÃO URBANA

Os espaços expectantes e os edifícios devolutos e degradados concorrem para uma desqualificação do ambiente urbano e o desperdício de recursos instalados. No âmbito da intervenção municipal directa queremos privilegiar a reabilitação e a refuncionalização de edifícios à edificação de novas construções, incutindo o mesmo espírito nas intervenções promovidas pelos privados.

Pretendemos maximizar as oportunidades abertas a este nível pelo presente período de programação comunitário tanto no que diz respeito à actuação pública (PARU) como aos incentivos dos privados (IFFRU), divulgando junto dos privados as oportunidades existentes.

Por isso candidatámos e temos aprovado um financiamento para intervenção em alguns edifícios públicos (Jardim Camões, Património Stephens, etc.) e para um projecto-piloto de habitação no Centro Tradicional que se quer assumir como disseminador de boas práticas, junto dos privados, na requalificação do edificado abandonado ou degradado nesta área central da Cidade.

f) INFRA-ESTRUTURAS URBANAS

Actualmente, 85% da totalidade dos alojamentos existentes no concelho, encontram-se abrangidos pelo serviço de saneamento de águas residuais, facto que permite concluir a conformidade com o objectivo definido na Estratégia Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013): "(...) em cada sistema integrado de saneamento o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida".

O Concelho da Marinha Grande tem assim uma taxa de cobertura de rede de águas e de saneamento em linha com o expectável, considerando a média regional e nacional. Reconhecem-se no entanto algumas fragilidades, que vão para além de fazer a restante cobertura em falta, também requalificar parte da rede que é mais antiga com prejuízo quer para o serviço prestado aos Municípios quer em perdas significativas que se traduzem em maiores despesas para o Município.

Assim, a proposta do Executivo inclui:

- 1. Estudos de simulação hidráulica e subsequentes projectos de reabilitação de reservatório do Alto dos Picotes e construção de duas novas adutoras: Picotes – Marinha Grande e Picotes – São Pedro Moel;*
- 2. A diversificação das fontes de captação de águas;*
- 3. Requalificar as áreas degradadas da rede de abastecimento de águas;*
- 4. Minimizar perdas de água no sistema;*
- 5. Modernizar o sistema com implementação de telegestão;*
- 6. A implementação de uma rede separativa de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos; alcançando os 100% de cobertura na rede de saneamento básico;*

g) INFRAESTRUTURAS da REDE VIÁRIA MUNICIPAL

A extensão total da rede considerada é da ordem dos 672,61 km, a que corresponde uma densidade viária global de cerca de 3592 m/km². A sua repartição, relativamente à categoria administrativa, denota o peso acentuado da rede municipal, que integra 96,11% do total de extensão de vias, existentes no concelho.

É assim necessário otimizar a rede viária existente de modo a minimizar os congestionamentos e as sobrecargas nas infra-estruturas, aumentar a fluidez do tráfego e maximizar as condições de segurança e conforto, dando prioridade aos meios de transporte colectivos.

A nossa proposta assume os pressupostos de valorização da sustentabilidade das soluções de mobilidade a implementar:

- 1. Promover a mobilidade suave, estruturando e implementando uma rede urbana de percursos pedonais e cicláveis;*
- 2. Melhorar a qualidade do ambiente urbano, através da redução das emissões de GEE e do ruído e do aumento dos espaços verdes;*
- 3. Estabelecer um novo modelo de repartição modal, assente na mobilidade suave e eléctrica e no transporte público e, consequentemente, na intermodalidade.*

Pretende-se alcançar a formulação de um novo modelo de mobilidade sustentável e inclusiva, baseado nas alternativas de maior eficiência energética, baixos níveis de ruído e ausência de emissões. Ao mesmo tempo, qualificar o ambiente urbano, através da regeneração do edificado e do espaço público, desenhando e equipando uma cidade sem barreiras, adequada à utilização de pessoas com diferenças na sua mobilidade, promovendo evidentes ganhos de funcionalidade, garante de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos num pleno exercício dos seus direitos de cidadania.

h) ESPAÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS LAZER

Estes espaços são essenciais para a valorização dos aglomerados e a qualidade de vida e socialização públicas. A sua qualificação, enquanto espaços representativos, de reunião e de convívio, deve ser prioritária, dado o fundamental papel que têm na vida pública, socialização, cidadania e qualidade de vida da população.

Assim a valorização dos Parques Mártires do Colonialismo, com a instalação da Oficina da Música; do Parque da Cerca com a instalação de um Equipamento de Apoio (Bar, Cafetaria) a tardoz da Biblioteca Municipal; do Jardim Luís de Camões, com a requalificação do Equipamento de Apoio já existente; a requalificação do Largo da República em Vieira de Leiria, a requalificação do Largo da Igreja do Pilado, e outras intervenções, são exemplos concretos de intervenção para qualificação do espaço público, melhoria das condições de vida das populações, aumento do bem-estar social, promoção do convívio e do encontro entre Pessoas.

i) PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

O principal capital e força da Marinha Grande residem, tanto hoje como no passado, no forte dinamismo da sua indústria, caracterizada por uma vocação de internacionalização. É esta realidade – resiliente e voltada para o futuro – que tem de se transcrever para a cidade, tanto em termos de imagem e materialidade como de vivência cosmopolita. A nossa estratégia é:

- 1. Projecto para requalificação e ampliação da sua principal ZI – Casal da Lebre – em parceria com a OPEN, CEFAMOL e CDrsP-IPL que visa dotar aquela ZI de todas as condições para se afirmar como um Parque de Tecnologia, Ciência e Negócios de vanguarda, com recurso às mais avançadas tecnologias para uma maior eficiência na gestão dos recursos (energia, água, resíduos, etc.) e promoção da Marinha Grande como Cidade Tecnológica e Industrial – Projecto já candidatado ao Programa de Financiamento para Áreas de Localização Empresarial do Centro 2020;*
- 2. Elaborar um plano de marketing territorial dirigida não apenas a turistas, como também a investidores e potenciais habitantes, tendo por base a criação de uma nova imagem marcante e emblemática, como cidade industrial moderna, ancorada na indústria, na tecnologia, na inovação e no conhecimento, aproveitando os agentes económicos do concelho com projecção internacional como «embaixadores territoriais» capitalizando com o seu reconhecimento e projecção no exterior.*

3. *Elaborar um plano de promoção turística à escala regional, que promova o Concelho como parte do contexto territorial em que se insere, nomeadamente o Polo de Desenvolvimento Turístico de Leiria – Fátima.*
4. *Envolver os agentes locais, incluindo os ligados ao turismo de natureza, industrial e de negócios, e, ao nível supra municipal, além da CIMRL o Turismo Centro e outros concelhos.*

j) FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

A capacidade administrativa vista como competência está ligada à acção, envolve conhecimentos, capacidades, habilidades e condutas que possibilitam a obtenção de resultados mediante planeamento, formulação, organização, implementação, avaliação e reajustamento de planos de desenvolvimento, em todos os níveis da Administração. Dessa forma, essa capacidade, ou melhor, essa competência, que evoca por si só a noção de formação, converte-se em recurso estratégico de modernização e desenvolvimento social.

A formação contínua dos Recursos Humanos e a Modernização Administrativa pretendem alcançar três objectivos essenciais ao futuro da Autarquia na sua relação com os Cidadãos e a Sociedade em geral, os Municípes em particular:

1. *A eficiência;*
2. *A excelência*
3. *A orientação para o serviço público*

São todos estes compromissos que traduzimos na nossa proposta de revisão ao Orçamento para encaixe do Saldo de Gerência de 2015.

São estes os compromissos que honram o Programa Eleitoral com que fomos democraticamente eleitos pelo Partido Socialista.

São estes os compromissos que honram o pacto de confiança que os munícipes do nosso concelho, firmaram connosco ao confiar-nos a liderança do Executivo Municipal.

Soubemos aguardar, dentro dos valores democráticos as propostas de alteração á revisão do orçamento, proveniente dos senhores vereadores.

Em sessão de câmara propusemo-nos mais uma vez sentar a esta mesa e fazer em conjunto uma revisão ao orçamento.

Demos aos senhores vereadores todas as informações que foram solicitadas.

Continuam a fazer mais do mesmo, a inviabilizar o normal funcionamento da câmara, e o desenvolvimento do nosso concelho.

Todos sabem que as modificações que foram feitas, tinham em vista como sempre aconteceu em 42 anos a inserção do saldo da conta gerência. Tem-se mais de 7 milhões que não podem ser usados.

Senhores vereadores, onde estão as vossas propostas? As vossas alterações?

O trabalho de compromisso que assumiram em reunião de câmara?

Com tanta crítica quais são as soluções que propõem?

Se estão todos disponíveis para apresentar as soluções porque não o fizeram ainda?

Estamos certos de que todos saberão reconhecer o esforço e empenho, que dedicámos ao longo de todo este processo, para alcançar a solução que defenda em primeiro lugar os interesses do Município e dos Municípes.”

O Sr. Presidente subscreveu esta declaração de voto e declarou ainda o seguinte:

“Lamento que durante a discussão dos documentos a CDU, nem qualquer outro membro do Executivo, tenha suscitado, ao pormenor as verbas constantes das 14 alterações ao orçamento de 2016, enviadas a todos os membros da Câmara, mas apenas na sua declaração de voto, deixando no ar, a suspeição sobre o destino das verbas anuladas sem que refira as ações reforçadas com aquelas mesmas verbas orçamentadas mas com dotação insuficiente, à data. Em política não vale tudo, devemos ser claros e rigorosos sem deixar qualquer suspeição sobre quem quer que seja.”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira subscreveu a declaração de voto do Sr. Presidente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Os restantes pontos da ordem do dia, do n.º 8 ao n.º 15, foram retirados, por a sua apreciação e votação estarem dependentes da aprovação do ponto 7, com a epígrafe “15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016 – 1.ª REVISÃO”.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

463 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.º s 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
04/08/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião